

Consciência Fiscal

A Crise Sanitária e suas consequências sobre as
Finanças Públicas

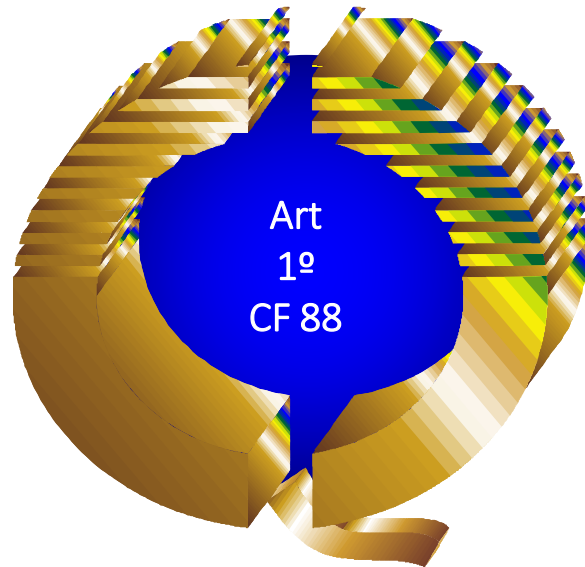
“Sonho que se sonha só
E só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto
É realidade...”

Versos da Canção “Prelúdio” de Raul
Seixas.

O “Case” Educação Fiscal no Estado do Paraná

- Razões do sucesso:
 - Sonho coletivo;
 - Liderança servidora;
 - Integração entre educação, cidadania e arte;
 - Criação de uma sólida e sinérgica rede de integração entre instituições públicas e organizações sociais.
 - Cidadania Participativa.

Princípios Fundamentais da Constituição Cidadã



Soberania

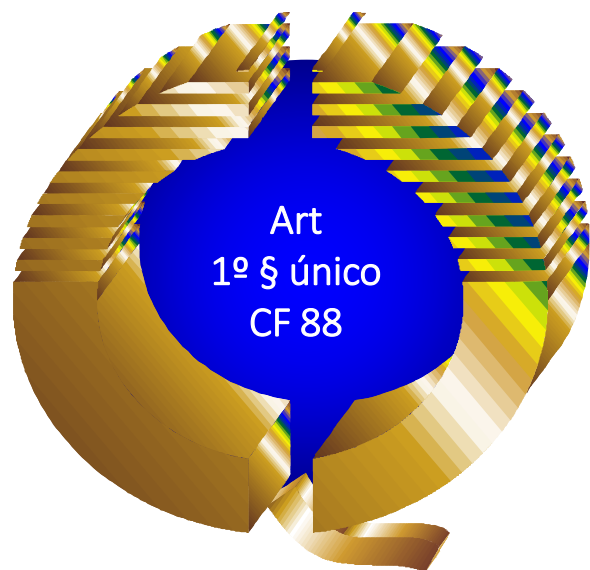
Cidadania

Dignidade da pessoa humana

Pluralismo político

Valores sociais do trabalho e da
livre iniciativa

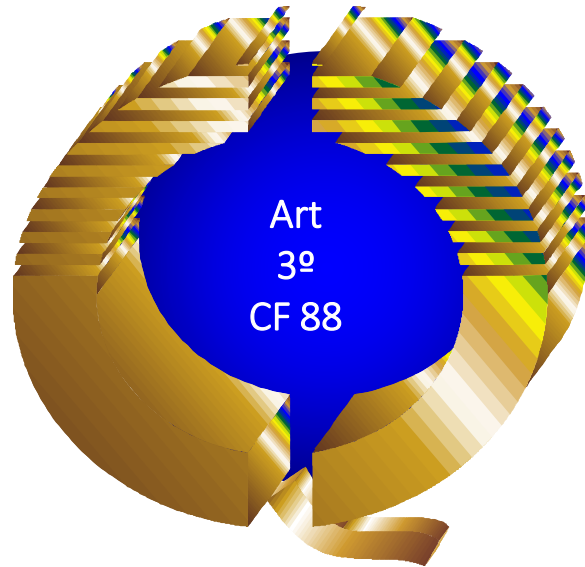
Princípios Fundamentais da Constituição Cidadã



**Todo Poder emana do Povo,
que o exerce por meio de seus
representantes eleitos ou
diretamente, nos termos desta
Constituição.**

(princípio da democracia participativa)

Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil



**Construir uma sociedade
livre, justa e solidária**

Garantir o desenvolvimento nacional

Erradicar a pobreza e a marginalização e
reduzir as desigualdades sociais e
regionais

Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem,
raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de
discriminação

Estado Democrático de Direito Social

Os Princípios e Objetivos Fundamentais da República, conjugados principalmente com os seguintes dispositivos constitucionais:

- › Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º.);
- › Direitos Sociais (arts. 6º. e 7º.)
- › Ordem Social (arts. 194 a 232).

Consagram que o Estado Democrático de Direito deve realizar os propósitos do **bem-estar social**.

Estado de Bem Estar Social

Estado de Bem-Estar Social ou Estado-Providência (em inglês: *Welfare State*): trata-se de um tipo de organização política e econômica em que o Estado desempenha um papel central na organização das atividades econômicas, objetivando assegurar elevados níveis de progresso social.

Estado de Bem Estar Social no Brasil?

- No entanto, a sociedade brasileira ainda está distante de realizar o Estado de Bem-Estar Social preconizado pela Constituição.
- Assim, cabe a todos nós traçarmos os rumos (sonho coletivo e planejamento participativo), afim de pavimentarmos os caminhos (educação e cultura) para assegurarmos que os princípios e objetivos fundamentais de nossa República possam ser concretizados.

Momento Cultural- Grupo Abaecatu:

- Coração Civil – Milton Nascimento e Fernando Brant;
- Imagine a Paz – Bráulio Bessa.

Como implantar o Estado de Bem Estar Social?

Realizando as **políticas públicas** estabelecidas pela Constituição e essenciais à **garantia da dignidade humana** (saúde; educação, ciência e tecnologia; cultura; habitação; segurança; trabalho, emprego e renda; previdência social; proteção ao meio ambiente, à criança e ao adolescente; ao idoso; às pessoas com deficiência; à promoção da igualdade racial e de gênero, dentre outras).

Como implantar o Estado de Bem Estar Social?

Criando um ambiente de negócios favorável ao crescimento e desenvolvimento econômico com responsabilidade social e ambiental, inclusive com a adoção de incentivos fiscais para empreendimentos que utilizem tecnologias que não poluam o meio ambiente e que promovam socialmente seus trabalhadores.

Como financiar o Estado de Bem Estar Social?

- Todos sabemos que o Estado não cria riqueza. O Estado se financia de três formas:
 - Emitindo moeda;
 - Vendendo títulos públicos e
 - **Cobrando tributos das empresas e cidadãos.**
- A emissão de moeda, que não corresponda ao crescimento do PIB gera inflação, a venda de títulos públicos gera endividamento e compromete a capacidade futura de financiamento do Estado.

Tributos e Resgate da Dívida Social

Portanto, arrecadar tributos de quem tem, efetivamente, **capacidade contributiva** e aplicar esses recursos em políticas decididas democraticamente pela população é a forma mais **justa, democrática e solidária** dos governos, nos três níveis da Federação, cumprirem seus objetivos Constitucionais e responderem pela dívida secular que a sociedade tem com os pobres desse país.

Tributos e Resgate da Dívida Social

A arrecadação tributária deve permitir que o Estado brasileiro cumpra três funções essenciais:

- Garanta os recursos necessários a realização de seus fins, por meio das políticas públicas;
- Seja instrumento de distribuição de renda e indutor do desenvolvimento social do País;
- Atue no sentido de minimizar as diferenças sociais e regionais.

Governança Social

- A aplicação dos tributos arrecadados de forma justa e visando a melhoria da qualidade de vida de todos requer que o gestor pratique a **governança social** na formulação, execução e controle das políticas públicas.
- **Governança social**: Direito do cidadão de participar de todo o processo de construção de políticas públicas, desde a sua concepção, passando pela definição das diretrizes orçamentárias, o controle sobre a execução do Orçamento, até a avaliação dos resultados alcançados e a adoção dos ajustes e correções necessárias ao início de um novo ciclo.

Instrumentos para o Controle Democrático

- Participação em Conselhos e Colegiados
- Exercício do direito de examinar as contas públicas e denunciar eventuais irregularidades apuradas.
- CF: ação popular, plebiscito, referendium, projetos de lei de iniciativa popular.
- Transparência pública e acesso a informação.
- Audiências Públicas e Consultas Públicas.
- Orçamento Participativo.
- **Planejamento participativo.**

Concentração de Renda no Brasil

- Segundo o IBGE, o índice de Gini do Brasil em 2018 foi estimado em 0,545.
- O índice mede a desigualdade da renda, sendo que quanto mais próximo de 1, mais desigual é o país. Os países da OCDE tem Gini médio em torno de 0,35.
- De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2018, produzido a partir de dados coletados em 2017, o Brasil é o 7º país mais desigual do mundo, à frente apenas de 6 países da África Subsaariana, sendo que o mais desigual é a África do Sul, que viveu sob o *apartheid* por quase 50 anos.

A Regressividade do Sistema Tributário Nacional - STN

- Nosso Sistema Tributário caracteriza-se por tributar mais o consumo de bens e serviços, do que o patrimônio e a renda. Tal fato, torna **STN regressivo** contribuindo para **aumentar a concentração de renda**.
- Na média dos países da OCDE patrimônio e renda respondem por 39,6% e o consumo 32% da carga tributária.
- No Brasil patrimônio e renda respondem por 25,4% e o consumo 49,6% da carga tributária. (Dados de 2015).

Ter consciência fiscal é ser capaz de

- Defender que o Sistema Tributário se torne progressivo, com aumento da tributação sobre o patrimônio e a renda, redução da tributação sobre o consumo, isentando-se as incidências sobre o consumo dos bens essenciais à vida.

Ter consciência fiscal é ser capaz de

- Fazer a nossa parte, não praticando ou compactuando com as práticas de sonegação fiscal, contrabando, descaminho e pirataria.
- Exigir transparência na gestão dos recursos públicos, racionalidade e absoluta probidade na aplicação dos tributos arrecadados.

Ter consciência fiscal é ser capaz de

Defender que o Auxílio Emergencial, instituído em decorrência da crise econômica gerada pela Covid-19, se transforme em um novo programa de transferência de renda, que amplie os valores e o número de beneficiados do Bolsa Família, de forma a mitigar a drástica queda do emprego e da renda (Política Keynesiana – anticíclica).

A crise sanitária, a questão fiscal e o Auxílio Emergencial

- Pesquisa recente da FGV/Social sob o título “Impacto da Pandemia da Covid sobre as Classes Econômicas Brasileiras”, apresentou um dado muito expressivo:
- O Auxílio Emergencial foi responsável pela ascensão econômica de 13,1 milhões de pessoas da classe de renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo para a classe de renda per capita imediatamente superior (entre $\frac{1}{2}$ e 2 salários mínimos). Esse número representa 20,69% do total de pessoas que compunham essa classe econômica.

A importância do Auxílio Emergencial para mitigar a crise

- Vejam o impacto econômico desse Auxílio: A proporção de domicílios nos quais alguém recebeu transferência de renda em setembro foi de 43,6%. No Norte foi 59,8%, Nordeste 58,8%. No Amapá chegou a 68,4%, Paraná 36%, Santa Catarina 24,1%.
- O valor médio do benefício foi de R\$ 894,00 por domicílio.
- Caso o benefício seja extinto a partir de 01.01.2021, estima-se que cerca de 13 milhões de brasileiros voltarão à condição de pobres (renda per capita inferior a meio salário mínimo).

A importância do Auxílio Emergencial para mitigar a crise

- Dados oficiais publicados no “Portal gov.br” informam que 65,3 milhões de brasileiros (cerca de 30% da população do país) estão recebendo o Auxílio Emergencial.
- Segundo o Portal da Transparência da Controladoria Geral da União, o orçamento do Auxílio Emergencial para 2020 é de R\$ 254,24 bilhões de reais, o que equivale a 7,73% do total dos gastos públicos da União em 2020.

A importância do Auxílio Emergencial para mitigar a crise

- Noutro giro, as taxas de desemprego estão se elevando a cada mês. Segundo a pesquisa mensal PNAD-Covid-19 do IBGE, de maio a setembro de 2020 a taxa de desemprego subiu de 10,5% para 14%. Eram 10,1 milhões de desempregados em maio contra 13,5 milhões agora em setembro (aumento de 1/3 em 5 meses).
- Pensem bem, caros participantes, o que poderá ocorrer se o Auxílio Emergencial simplesmente deixar de existir a partir de 01.01.2021? O resultado poderá ser um agudo agravamento da crise social.

Renda Cidadã – Um novo programa de transferência de renda?

- Surgiu como uma proposta de um programa permanente de transferência de renda em substituição ao Bolsa Família, mas com benefício médio mensal mais elevado e um maior número de beneficiados.
- Ainda não há um desenho institucional definido para o novo programa social, sendo o maior óbice à sua criação as limitações orçamentárias, tendo em vista a necessidade de se ampliar expressivamente a capacidade de financiamento do Estado por meio de uma reforma tributária e as limitações impostas pelo teto de gastos.

Renda Cidadã - o dilema de como financiar um programa tão relevante em meio a uma aguda crise fiscal

As propostas em estudo pelo governo, já noticiadas pela imprensa, são tímidas, considerando que o “Renda Cidadã” deverá substituir uma ajuda do porte do Auxílio Emergencial e incluiria, além dos recursos orçamentários destinados ao Bolsa Família em 2021 (R\$ 34,858 bilhões), cerca de R\$ 30 bilhões em cortes orçamentários que afetam trabalhadores, servidores públicos, aposentados e pensionistas da Previdência Social, reduzindo expressivamente a renda disponível para consumo dessa parcela da população.

Renda Cidadã - o dilema de como financiar um programa tão relevante em meio a uma aguda crise fiscal

Dentre as medidas em estudo, com forte impacto sobre o orçamento familiar desses cidadãos, destacamos:

- O fim do Abono Salarial do PIS-PASEP (conhecido como “14º. Salário”), pago a trabalhadores com renda mensal de até 2 s.m;
- Fim do Seguro Defeso;
- Redução temporária da jornada de trabalho dos servidores públicos em 12,5% com redução proporcional dos salários;
- Suspensão temporária da atualização dos benefícios da Previdência Social até 3 salários-mínimos por 2 anos.

Renda Cidadã - o dilema de como financiar um programa tão relevante em meio a uma aguda crise fiscal

No entanto, existem alternativas muito mais justas do ponto de vista fiscal e com potencial de arrecadação suficiente para custear o novo programa de transferência de renda e ainda ampliar os recursos destinados ao enfrentamento da pandemia.

Renda Cidadã - o dilema de como financiar um programa tão relevante em meio a uma aguda crise fiscal

Tais propostas constam de um amplo estudo denominado “Reforma Tributária Solidária”, editado em 2017 pela ANFIP, FENAFISCO e Plataforma Política Social, disponível para download em www.reformatributariasolidaria.com.br, sendo que parte delas compõem a campanha do IJF – Instituto Justiça Fiscal “Tributar os Super-Ricos”, disponível em <https://ijf.org.br/calculadora-irpf/>

O conjunto dessas medidas poderá resultar em um ganho de arrecadação da ordem de R\$ 292 bilhões de reais!

A Degradação Ambiental e a Crise Sanitária

Uma reflexão sobre a nossa relação com a natureza e estilo de vida

- Existe uma relação entre a degradação ambiental e a recorrência das pandemias?
- Quais são as evidências científicas que indicam a existência dessa correlação?
- Qual é a relação entre degradação ambiental – crise sanitária – finanças públicas e gasto social?
- Como a pandemia e a rigidez orçamentária (teto de gastos) colocam em risco a realização dos fundamentos de nossa República?

Momento Cultural- Grupo Abaecatu:

- Canção: “Sobradinho” – Sá e Guarabira
- Poema: “Luares” – Marcílio Hubner de Miranda Neto

A Degradação Ambiental e a Crise Sanitária

Uma reflexão sobre a nossa relação com a natureza e estilo de vida

“Biodiversidade, ecossistemas e serviços essenciais que eles entregam são pilares centrais para toda a vida no planeta, incluindo a vida humana.”

(Bráulio Ferreira de Souza Dias - Secretário Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU. Fonte: Fonte: “Biodiversity and Health” – texto publicado no site da OMS em 03.06.2015)

A Degradação Ambiental e a Crise Sanitária

Uma reflexão sobre a nossa relação com a natureza e estilo de vida

“As atividades humanas estão perturbando a estrutura e as funções dos ecossistemas e alterando a biodiversidade nativa. Tais distúrbios reduzem a abundância de alguns organismos, causam crescimento populacional em outros, modificam as interações entre os organismos e alteram as interações entre os organismos e seus ambientes físicos e químicos. Os padrões de doenças infecciosas são sensíveis a esses distúrbios.”

(Fonte: “**Biodiversity and Health**” – publicado no site da OMS em **03.06.2015**).

A Degradação Ambiental e a Crise Sanitária

Uma reflexão sobre a nossa relação com a natureza e estilo de vida

Os principais processos que afetam os reservatórios e a transmissão de doenças infecciosas incluem:

- desmatamento;
- mudança no uso da terra;
- gestão da água, por exemplo através da construção de barragens e irrigação;
- urbanização descontrolada;
- resistência a pesticidas químicos usados para controlar certos vetores de doenças;
- mudanças climáticas;
- migração;
- viagens e comércio internacional e
- introdução humana acidental ou intencional de patógenos.

Fonte: Idem slide anterior.

A Degradação Ambiental e a Crise Sanitária

Uma reflexão sobre a nossa relação com a natureza e estilo de vida

“Quando eu era criança, o desastre que mais temíamos era uma guerra nuclear. Hoje, o maior risco de catástrofe global não se parece com uma bomba, mas sim um vírus”. (Fala de Bill Gates em **palestra ministrada em 2015** sob o título: “O próximo surto? Não estamos preparados”).

A Degradação Ambiental e a Crise Sanitária

Uma reflexão sobre a nossa relação com a natureza e estilo de vida

“A pandemia de Covid-19 não apenas barrou o progresso – empurrou ele para trás”. Fala de Bill Gates em 14.09.2020, durante divulgação do Relatório Anual da Fundação Bill e Melinda Gates, segundo o qual “os últimos vinte e cinco anos de trabalho contra doenças mortais foram apagados em 25 semanas” (...) “As taxas de vacinação baixaram a valores que não eram vistos desde a década de 90”.

A Degradação Ambiental e a Crise Sanitária

Uma reflexão sobre a nossa relação com a natureza e estilo de vida

“O número de pessoas abaixo da linha da pobreza estava se reduzindo, lentamente, ano após ano, “mas já tivemos um acréscimo de 37 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza”, afirmou Bill Gates na apresentação do Relatório 2020 de sua Fundação.

Momento Cultural- Grupo Abaecatu:

- Canção: “Planeta Água” – Guilherme Arantes

Carta da Terra

- **A Carta da Terra** é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada, voltado para o bem-estar de toda a família humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação.
- Oferece um novo marco, inclusivo e integralmente ético para guiar a transição para um futuro sustentável.

Carta da Terra

- Ela reconhece que os objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico equitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis.
- O documento é resultado de uma década de diálogo intercultural, em torno de objetivos comuns e valores compartilhados. O projeto começou como uma iniciativa das Nações Unidas, mas se desenvolveu e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil. Em 2000 a Comissão da Carta da Terra, uma entidade internacional independente, concluiu e divulgou o documento como a carta dos povos.

Carta da Terra

“Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum”.

Carta da Terra

“Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.”

Recado do poeta

Se as coisas são intangíveis, ora não é motivo para não querê-las, que tristes os caminhos não fora a presença distante das estrelas.

Mário Quintana